

POSSIBILIDADES DE GARANTIA DO DIREITO À MORADIA: A EXPERIÊNCIA DA OCUPAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO – ENTRE AS DIFICULDADES E A ESPERANÇA DA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO TERRITÓRIO!

Cláudio Jorge Moura de CASTILHO ¹

Resumo

O objetivo principal deste artigo é instigar uma reflexão sobre possibilidades concretas de efetivação da garantia do *droit à la ville* pelas práticas dos movimentos socioespaciais urbanos atuais que lutam por uma moradia digna, no contexto histórico-geográfico contemporâneo; o que será feito através da análise da experiência de moradores pobres que ocuparam, em setembro de 2008, um terreno privado que não estava cumprindo com a função social, segundo o que regulamenta o Estatuto da Cidade. Do ponto de vista metodológico, primeiro, indicamos o que estamos enxergando de diferente no movimento socioespacial considerado; segundo, apresentamos a experiência da ocupação Josué de Castro; terceiro, apontamos alguns impasses e desafios à construção de um novo território; quarto e último, recolocamos o papel de assessoria de instituições públicas neste processo, a exemplo do MSEU-UFPE, na dinâmica daquela ocupação onde, não obstante as tantas dificuldades enfrentadas no cotidiano, ainda existem sentimentos de esperança e confiança na construção de um espaço efetivamente novo.

Palavras-chave: Direito à moradia, Movimentos socioespaciais, Território, Ocupação Josué de Castro.

Abstract

This article aims to encourage people think about real possibilities of acquiring the *droit à la ville* through the present urban social-spatial movements which fight mainly for the right to live well in a good place in the city, under the contemporary historical-geographical context. This work will be done through an analysis of an 'occupation' of some empty private ground by the poor, since September 2008. In Brazil, it's illegal to keep land without use, i.e., without economic or social activities in order to avoid speculative economic relationships. With regard to the methodology of this text, firstly, it points out some different features relating to contemporary social-spatial actions; secondly, it presents the case of Josué de Castro 'occupation'; thirdly, it indicates some deadlocks and challenges relating to the construction process of a new territory by the poor; lastly, it points out again the role of public institutions in that process, such as MSEU-UFPE, in a place where hope and trust still exist, despite the problems faced in their everyday life.

Keywords: Right to dwelling, Social-spatial movements, Territory, Josué de Castro occupation.

Résumé

Cet article a pour but d'encourager une réflexion sur des possibilités concrètes à la garantie du droit à la ville aux pauvres par les pratiques des actuels mouvements socio-spatiaux urbains qui luttent pour avoir son espace dans la ville; ce qui sera vu par l'expérience des habitants pauvres qui avaient occupé, en Septembre 2008, un terrain privé qui était vide alors. Au Brésil, les propriétaires ne peuvent pas laisser le sol urbain – ou rural – sans usage économique ou social parce qu'il y a des lois qui garantissent l'usage social de la terre. Du point de vue de la méthodologie de ce texte, on va premièrement indiquer ce qu'il y a de nouveau dans les mouvements socio-spatiaux urbains; deuxièmement, on présente l'expérience de l'occupation Josué de Castro; troisièmement, on démontre quelques impasses et défis à surmonter visant au processus de la construction d'un nouveau territoire pour les habitants concernés; quatrième et dernièrement, on rappelle le rôle social des institutions publiques, à l'exemple de celui du MSEU-UFPE, dans ce processus au sein d'une ambiance où, malgré tout, il existe encore de forts sentiments d'espoir et de confiance chez les personnes, ce qui est, d'ailleurs, propre à la culture des populations concernées.

Palavras-chave: Droit à la maison, Mouvements socio-spatiaux, Territoire, Occupation Josué de Castro.

¹ Professor dos programas de graduação e pós-graduação em geografia (PPGeo) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e coordenador do grupo de pesquisa Movimentos Sociais e Produção do Espaço Urbano (MSEU): claudio.castilho@pesquisador.cnpq.br / cjmc@ufpe.br

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui objeto de uma reflexão sobre os novos rumos dos movimentos socioespaciais urbanos em cidades brasileiras, a partir da análise de uma das experiências ocorridas recentemente em Recife/PE, núcleo de uma metrópole situada em uma das tantas regiões do desenvolvimento desigual do capitalismo. Esta reflexão possui como base alguns dos resultados das ações realizadas, a partir de uma oficina do grupo de pesquisa MSEU-UFPE, numa comunidade pobre cujos moradores estão lutando, atualmente, pela efetivação do seu *direito à moradia*. Diferentemente de uma ação de *extensão*, essa oficina trata-se de uma prática efetiva de *comunicação*, de acordo com o que disse Paulo Freire quando fez distinção entre essas duas práticas sociais.

O projeto de concretização desta prática – intitulado OFICINA COM OS MORADORES DE “JOSUÉ DE CASTRO”: PENSANDO A CIDADE A PARTIR DO TERRITÓRIO VIVIDO: A CIDADE VISTA DO LADO DE CÁ! – possui três objetivos principais: desenvolver a compreensão sobre o que é a cidade, identificar os principais agentes e atores sociais que influem no processo de construção da cidade e estimular uma reflexão sobre o papel dos movimentos sociais na construção da cidade que se imagina e deseja construir. Esses objetivos acham-se fortemente articulados na medida em que, ao se entender o que é a cidade, poder-se-á compreender como acontece o seu processo de construção bem como o papel dos principais agentes sociais envolvidos nesse processo. Com isso, os moradores podem identificar muito bem as intencionalidades dessas ações, confrontando-as com as suas próprias e formando uma autoconsciência capaz de fazê-los compreender a importância da sua organização social no e a partir do seu próprio espaço de luta e vida como instância social, daí por que preferimos chamar esses ativismos de movimentos socioespaciais.

Considerando as dificuldades do próprio movimento na construção de algo novo, mas ao mesmo tempo entendendo que existe um ambiente de esperança ainda vivo que está fazendo ferver as mentes de muitas pessoas envolvidas nessas práticas socioespaciais, formulamos a seguinte questão: em que medida se tem algo efetivamente novo nos movimentos socioespaciais na atualidade? Como questões secundárias acham-se as seguintes: quais os impasses e desafios à consolidação deste algo efetivamente novo? Em que medida, nós, instituições públicas – as universidades no caso – podemos contribuir para o desabrochar do novo e do criativo em processo contínuo no tempo e no espaço?

Questões que se fazem bastantes relevantes na medida em que ainda nos encontramos sob um modelo de desenvolvimento urbano que, como diz Harvey (2004, 2005 e 2008), é desigual, “extremamente desigual”, para nós; o que, certamente, tem criado e posto em prática, fortes mecanismos de fragmentação espacial os quais vêm rebatendo, continuamente, de maneira negativa, nas práticas dos movimentos sociais nas diversas escalas do seu acontecer.

Levando em conta a necessidade de responder às questões acima colocadas, estruturamos este texto, de modo a abordar, em primeiro lugar, a natureza atual dos movimentos socioespaciais urbanos; em segundo, demonstrar como a ocupação Josué de Castro enquadra-se neste contexto; para, em terceiro, apontar e discutir os impasses e os desafios a serem enfrentados em vista da construção do algo efetivamente novo; e em quarto e último lugar, colocamo-nos diante desse contexto como uma instituição pública prestando serviços de assessoria numa perspectiva comunicativa – não de assistência – ao movimento estudado. Procedimentos metodológicos que se fundamentam nas experiências que estamos vivenciando junto com os moradores da referida comunidade, contribuindo para construir territórios vividos com base em relações autonomistas.

2. ALGO DE DIFERENTE ACONTECE NOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS URBANOS ATUAIS

Os movimentos socioespaciais em Recife, seguindo um pouco a dinâmica dos movimentos sociais de um modo geral, tiveram, no curso da evolução e dinâmica da história urbana no Brasil, momentos de fluxo, latência e refluxo, conforme reconfigurações ocorridas no âmbito das especificidades do contexto político-social nacional, que se rebateram nas escalas locais das ações sociais.

De acordo com Cézar (1985), podemos considerar como momentos iniciais de fluxo desses movimentos o período das primeiras décadas do século XX quando partidos políticos, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), começaram a organizar populações locais; e, sobretudo, o período dos anos 1955 a 1964 quando o executivo local liderado, alternadamente, pelos prefeitos Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, começou a estimular práticas socioespaciais de mobilização, numa perspectiva populista, para apoiar seus projetos políticos já que não haviam feito maioria na Câmara Municipal.

Entretanto, todos sabem que, durante o período de 1937 a 1945 da primeira metade do século passado e, sobretudo, no período de 1964 a 1985, o Brasil ficou

submetido a ditaduras as quais, por sua vez, seguiam ritmos de ações políticas com mais ou menos autoritarismo. A fase mais rígida deste período – chamada de *linha dura* – estendeu-se entre os anos de 1967 e 1975. Neste tempo, foram proibidas quaisquer formas sociais de organização e mobilização social, inclusive as de bairro que possuíam caráter mais conservador e eram anticomunistas como aquelas que eram conhecidas como União de Bairro.

Isto não quer dizer, porém, que a sociedade brasileira ficou de todo calada nesse tempo, tendo se organizado e mobilizado para falar sobre seus problemas cotidianos em lugares menos rígidos, a exemplo dos espaços religiosos, sobretudo, daqueles em que os párocos eram mais abertos e sensíveis às causas populares. Em sendo assim, sob a filosofia da *teologia da libertação*, por exemplo, a Igreja Católica havia criado as *Comunidades Eclesiais de Base*, as quais funcionavam como espaços de reuniões comunitárias que, apesar de terem tido, em princípio, como objetivo explícito a discussão de questões religiosas, acabaram se tornando, paulatinamente, espaços de discussão dos problemas mais graves vividos pelas populações locais, inclusive urbanas. Por isso, identificamos estas fases como momentos de latência dos movimentos sociais no Brasil.

A partir de 1975, momento da *distensão política* do regime militar, tivemos um outro período de refluxo dos movimentos sociais, inclusive, dos movimentos de bairro (CASTILHO, 2002). Foi justamente a partir de então que a sociedade começou, novamente, a manifestar-se publicamente em torno dos seus problemas e das suas perspectivas de mudanças, passando a ocupar, mediante protestos contínuos, vários espaços públicos das nossas cidades, no seio do próprio regime militar. Com as fases de *transição e abertura política*, entre o final dos anos 1970 e meados dos de 1980, esses movimentos cresceram progressivamente, conseguindo atrair a atenção até mesmo de políticos conservadores liberais.

Do período que se estende entre 1985 até mais ou menos meados da década de 1990 esses movimentos foram ainda muito expressivos e fortes, até que, a partir de 1995, talvez em função do engodo das promessas do projeto neoliberal que havia chegado ao Brasil, os movimentos em tela tornaram novamente, como escrevemos alhures (CASTILHO, 2002), ao seu *estado de latência*, permanecendo aí até os anos 2000 quando novos elementos surgiram promovendo, o refluxo desses movimentos. Todavia, esse estado de latência aconteceu, também, devido ao desencanto dos próprios

ativistas dos referidos movimentos em função de frustrações com relação à não realização dos seus objetivos e não a uma fase de governo autoritário como antes.

Resta ainda colocar que, pelo menos até um período mais recente, os movimentos socioespaciais de bairro funcionavam numa perspectiva de sujeição quase que total e incondicional com relação às suas lideranças, à limitação das suas escalas de ações, às alianças e ao caráter pontual da reivindicação.

Entretanto, a partir dos anos 2000, parece-nos ter ocorrido, talvez por influência de outros movimentos sociais significativos no contexto sociopolítico brasileiro de então, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mais um momento de refluxo dos movimentos socioespaciais urbanos no país. Desse modo:

Apesar do quadro de crise dos ativismos sociais urbanos, principalmente dos que se constroem e se desenvolvem nos bairros e baseados neles, estão surgindo novas formas de mobilização e organização popular. Essas experiências são recentes e não se consolidaram efetivamente no debate político sobre a cidade. Podemos dizer, entretanto, que essas novas experiências têm um grande potencial e podem se transformar em importantes agentes políticos no debate sobre a cidade e na construção de propostas de novas formas de organizar a vida e o espaço urbanos. (SOUZA & RODRIGUES, 2004, p.96)

Dentre essas novas experiências de movimentos socioespaciais urbanos, os autores acima consideram, entre outras, a do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a qual, tendo surgido ao final da década de 90 do século passado, não possui uma única bandeira de luta, apenas a do acesso à moradia, mas, ao mesmo tempo em que procura garantir este direito, pelo menos de modo mais explícito e contundente, faz:

[...] uma crítica mais ampla da sociedade brasileira e dos seus mecanismos políticos e econômicos de reprodução das desigualdades. [tendo como principais alvos:] *a especulação imobiliária, o abandono de prédios e terrenos públicos e a falta de políticas habitacionais consistentes*. (Ibidem, p.97) (itálicos no original)

Do ponto de vista das suas relações internas, identificamos um avanço significativo quando as próprias lideranças atuais não se admitem como “presidentes”, mas como “coordenadores” do movimento. Isto porque a idéia e prática de coordenação cuja tarefa, por sua vez, deve ser dividida com outros companheiros de luta, aponta para uma estrutura de organização mais aberta e propícia ao debate. O caso da ocupação Dandara ², como uma perspectiva de construção de um território vivido por membros do

² No bairro Céu Azul, situado na área Nova Pampulha, em Belo Horizonte/MG, existe uma experiência de ocupação que agora em abril de 2010 está fazendo aniversário. Trata-se de 887 famílias que lutam para ficar no lugar escolhido por elas mesmas para morarem, resistindo contra a criminalização das suas ações pela imprensa local, neste caso inclusive com a conivência dos seus governos. A área já foi alvo de incêndios criminosos e é freqüentemente sobrevoada por helicópteros com a finalidade de intimidação dos seus moradores bem como, algumas vezes, proíbem-se a entrada de materiais de construção para evitar a consolidação da ocupação. Decisão que é, toda vez, anulada por ações do Ministério Público. Certa vez, uma das manchetes do jornal Estado de Minas dizia o seguinte: “Invasão do MST barra obras
Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010

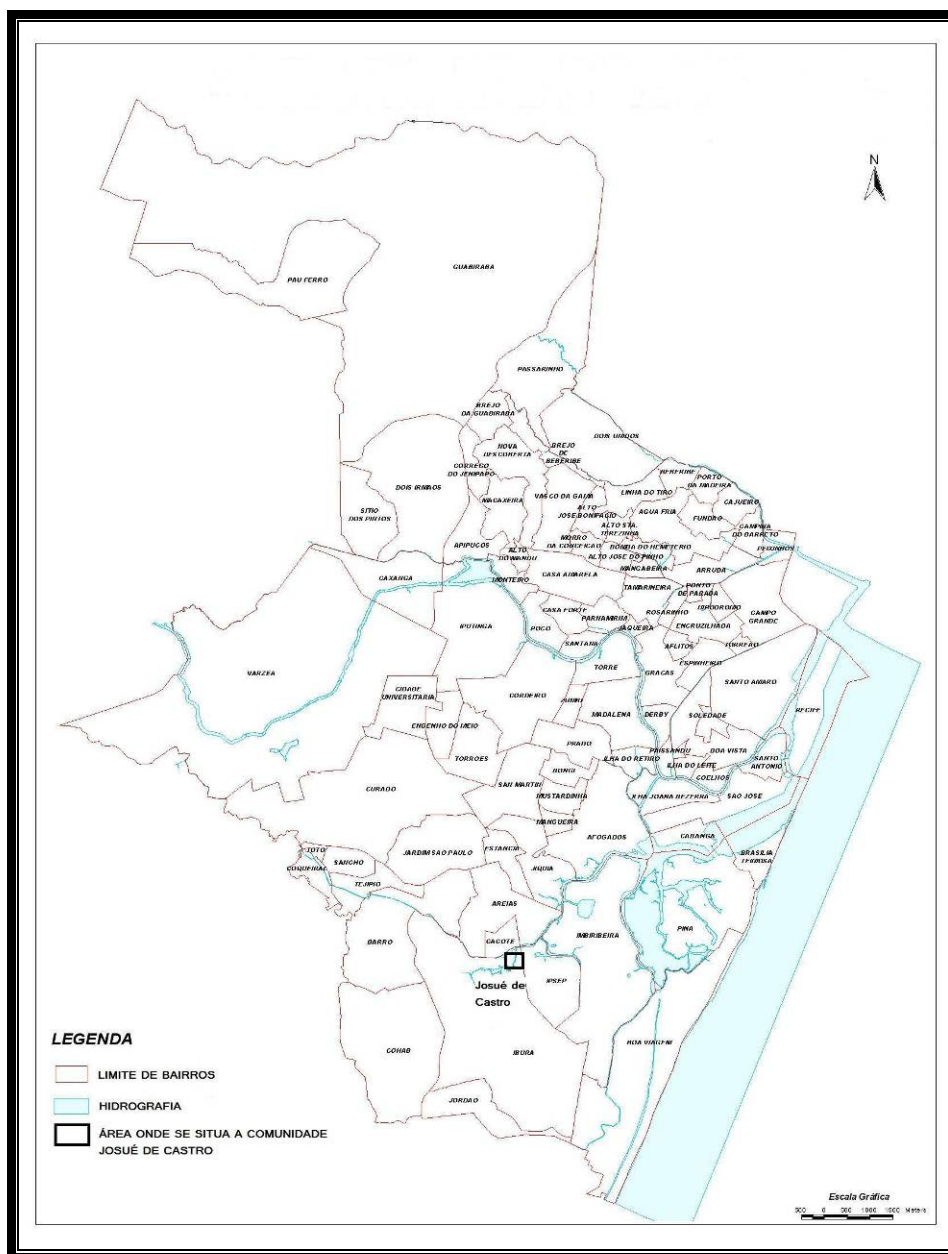
MTST, é notório em todo o país. Em Recife, já existem muitos casos de movimentos socioespaciais urbanos ligados ou não ao MTST. Passaremos, a partir de agora, a apresentar o da Comunidade Josué de Castro o qual, apesar de ser menor em tamanho físico e em número de famílias envolvidas, vem, desde o ano de 2008, lutando, também, pelo seu direito à moradia, com base no direito constitucional que garante a função social da propriedade (Art. 5º. Inc. XXIII, da Constituição Federal de 1988).

3. A OCUPAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO COMO UMA NOVA EXPERIÊNCIA DE MOVIMENTO SOCIOESPACIAL EM RECIFE/PE

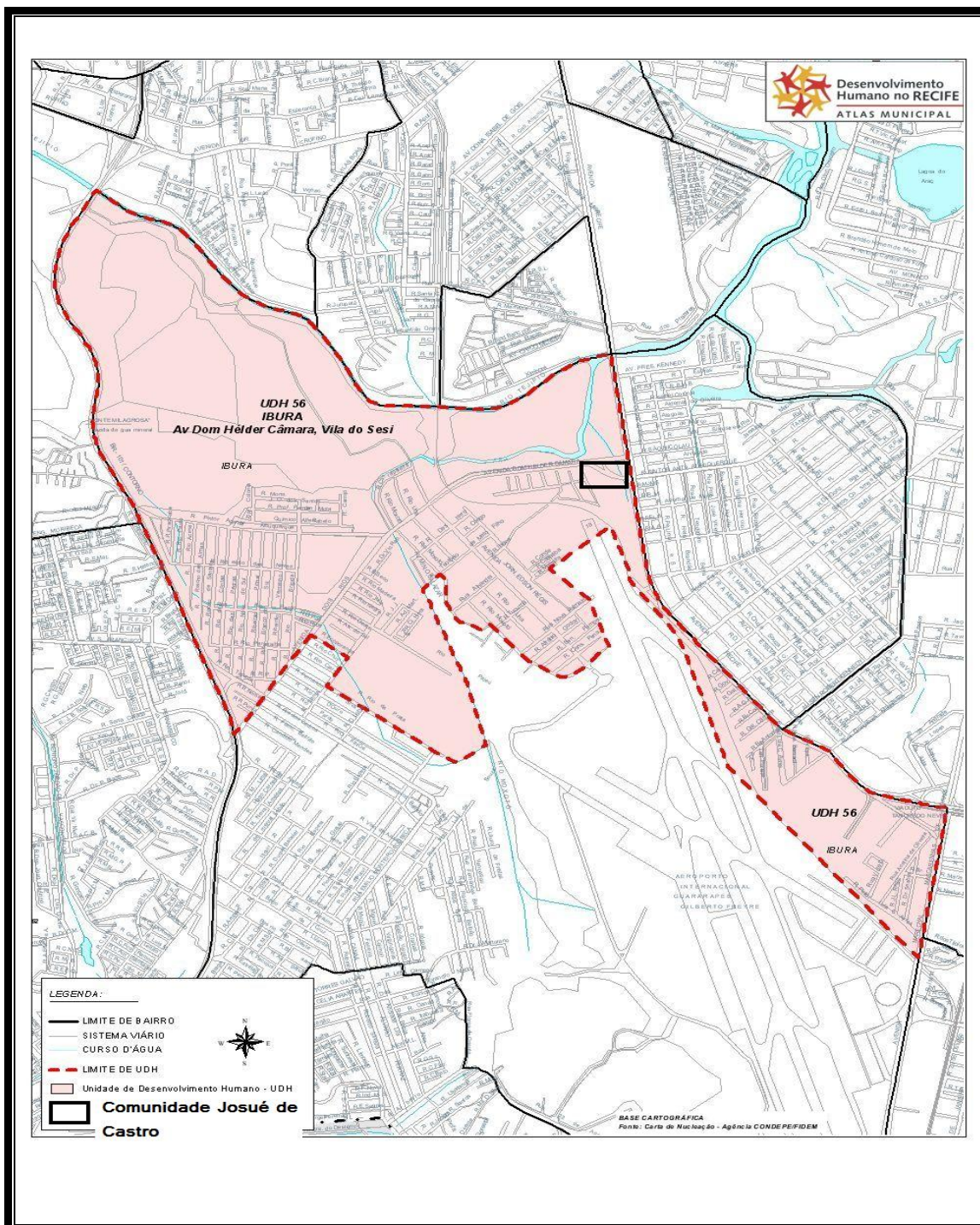
A ocupação Josué de Castro, com cerca de 80 (oitenta) famílias ³, acha-se situada numa área que se localiza no bairro do Ibura, mais precisamente na fronteira deste bairro com a do Ipsep, ambos localizados na porção sul da cidade (Mapa 01), desde o dia 20 de setembro de 2008. Trata-se de uma área que, a nosso ver, não foi escolhida por acaso, pois, além do fato de que o terreno estava desocupado há anos, a área possui uma posição geográfica muito interessante frente à malha viária da cidade (Mapa 02) pela qual moradores da Comunidade podem ter acesso a todo o espaço urbano da cidade a fim de buscarem alternativas de trabalho e renda nas diversas centralidades econômicas espalhadas pela cidade. Do ponto de vista da economia urbana, também vale ressaltar que esta área, como já dissemos acima, acha-se estrategicamente bem posicionada no que diz respeito à localização das principais centralidades da economia urbana em Recife, articuladas pela malha viária observada no mapa anterior. (Mapa 03)

de casas populares na Pampulha”, manchete tendenciosa na medida em que intencionava colocar a sociedade contra o referido movimento e por quê? Porque o espaço objeto dos protestos era justamente uma área que havia sido escolhida para sediar uma das ações do programa federal Minha Casa Minha Vida, programa popular vinculado ao atual governo brasileiro. Mas a imprensa não revelou que a mesma área não havia recebido, até então, nenhum investimento concreto e que essa lentidão estava relacionada à incompetência da própria prefeitura em confrontar com os latifundiários urbanos que não desejam abrir mão daquele terreno, altamente valorizado. Desse modo, as verdadeiras vítimas do sistema passavam a vilãs, enquanto os verdadeiros vilões passavam à condição de vítimas. Mas a ocupação continua forte, sempre apoiada por importantes instituições sociais populares locais: pelo MST, pelas Brigadas Populares e pelo Fórum de Moradia do Barreiro. Informações obtidas no Google, aos 30 de março de 2010.

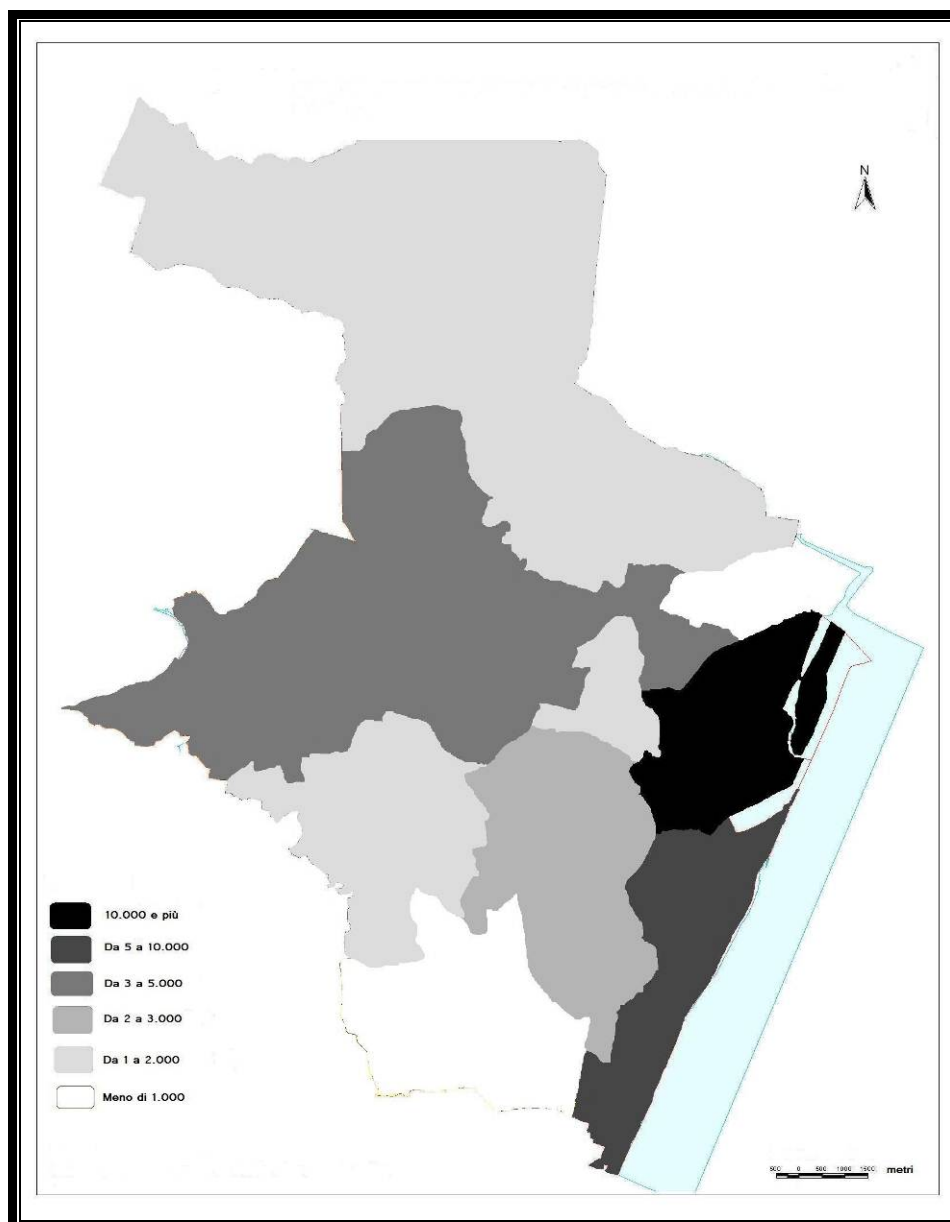
³ Informações obtidas junto a moradores da própria Comunidade Josué de Castro, através de conversas informais *in loco*.



Mapa 01 – Município do Recife - Destaque da situação geográfica da área em que se localiza a Comunidade Josué de Castro (Fonte cartográfica: Divisão de geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2004. Fonte da localização da Comunidade: conhecimento empírico, 2009. Trabalho de elaboração: o autor do presente texto)



Mapa 02 – Unidade de Desenvolvimento Humano do Ibura. Destaque da situação geográfica da área onde se acha localizada a Comunidade Josué de Castro, no âmbito da malha viária (local) da cidade (Fonte cartográfica: Atlas do desenvolvimento humano no Recife, 2005. Trabalho de elaboração: o autor do presente texto). Nota: não é preciso dizer que a malha viária que vemos nesta figura constitui uma porção da malha viária global da cidade; portanto, a Comunidade Josué de Castro acha-se numa área de onde se pode circular para qualquer outro lugar da cidade.



Mapa 03 – Município do Recife - Localização espacial dos principais estabelecimentos empresariais na cidade (Fonte cartográfica: Divisão de geoprocessamento da Prefeitura do Recife, 2005. Fonte dos dados: IBGE / CNAE, 2003). Nota: superpondo esta figura sobre as anteriores, vê-se muito bem que a Comunidade Josué de Castro encontra-se situada estrategicamente à proximidade de áreas com concentração significativa de empresas às quais, por sua vez, se pode chegar com transporte coletivo e / ou bicicleta. Embora muitos moradores da Comunidade Josué de Castro não estejam diretamente engajados nas atividades que compõem essas centralidades, estas podem constituir “áreas de oportunidades” para eles, inclusive no âmbito da informalidade.

Portanto, a situação geográfica da Comunidade Josué de Castro tem uma razão de ser a qual está perfeitamente de acordo com as necessidades objetivas e subjetivas de vida dos seus moradores. Por isso, eles se organizaram e se mobilizaram com determinação e orgulho da vitória que é continuar morando na área que escolheram para ficar, na cidade (Fotos 1, 2, 3, 4 e 5). Disto resultou uma festa de comemoração pelo primeiro ano de ocupação, realizada no dia 20 de setembro de 2009, com feijoada,

cerveja, conversas, música, apresentação de manifestações artísticas da própria comunidade dentre outras inúmeras expressões de alegria. (Foto 6)



Foto 1 – Comunidade Josué de Castro - Uma ocupação em andamento I. (Fonte: Foto tomada pelo autor deste texto, em 20 de setembro de 2008)



Foto 2 – Comunidade Josué de Castro - Uma ocupação em andamento II (Fonte: Foto tomada pelo autor deste texto, em 20 de setembro de 2008)



Foto 3 – Comunidade Josué de Castro - Uma ocupação em andamento III (Fonte: Foto tomada pelo autor deste texto, em 20 de setembro de 2008)



Foto 4 – Comunidade Josué de Castro - Principal via da Comunidade: Rua Josué de Castro (Fonte: Foto tomada pelo autor deste artigo, em 20 de setembro de 2008). Nota: Direto, ao fundo da foto, avista-se a avenida Recife, um importante eixo viário da cidade. E na parte inferior à direita, vê-se o atual Coordenador da Comunidade: Isaac Lopes.

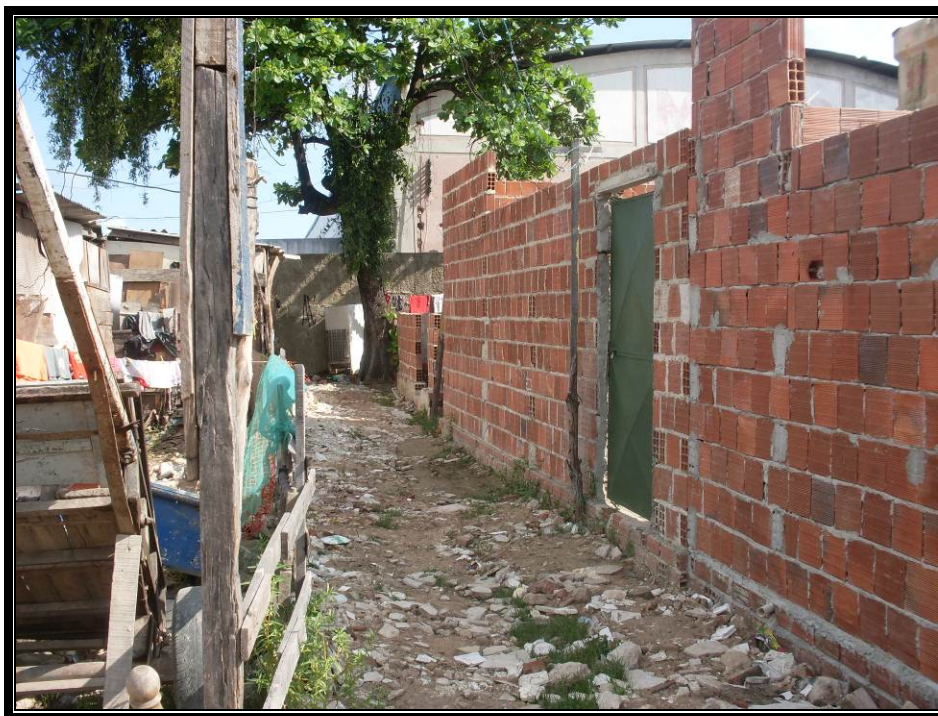


Foto 5 – Comunidade Josué de Castro - Processo de construção de casas em alvenaria (Fonte: Foto tomada pelo autor deste texto, em 20 de setembro de 2008)



Foto 6 – Comunidade Josué de Castro - Apresentação de dança das crianças da Comunidade, em comemoração ao 1º ano de ocupação (Fonte: Foto tomada pelo autor deste texto, em 20 de setembro de 2008, quando do dia de comemoração pelo primeiro ano de ocupação da área, pelos atuais moradores da comunidade Josué de Castro)

A ocupação Josué de Castro constitui, efetivamente, uma experiência diferente em termos de movimento socioespacial urbano em Recife, na medida em que os seus moradores, encorajados pelos seus coordenadores – seis, no início do processo de ocupação – tentam organizarem-se e mobilizarem-se com autonomia em torno da conquista do solo urbano frente às diversas exterioridades que lhes ameaçam, numa perspectiva mais democrática de organização.

O movimento socioespacial ⁴ sobre o qual estamos refletindo constitui, portanto, uma prática social de caráter “crítico e ambicioso”, tentando dar saltos mais significativos no que tange à construção de uma cidade diferente. A bandeira, em torno da qual os moradores da comunidade organizam-se e mobilizam-se, é a da ocupação de uma área, para moradia na cidade, como direito social e não os problemas específicos de um lugar, possuindo uma postura de articulação com outras experiências de ocupação, e buscando ultrapassar escalas locais da luta urbana. O que acontece em torno, primeiramente da conquista e construção do seu território para viver dignamente. Daí por que falamos de movimento socioespacial como estratégia de luta na busca da construção da concretização do direito à cidade, e isto justamente porque os próprios coordenadores do movimento têm consciência do fato de que, como dizia Santos (1987), o indivíduo sabe que o seu valor na sociedade também é adquirido pela qualidade do seu território, isto é, pelo conteúdo do lugar de onde vem.

No caso específico ora em análise, os seus moradores lutam para permanecer numa área antes pertencente a uma empresa multinacional francesa (*Michelin*) a qual, após a ocupação pelos moradores em 20 de setembro de 2008, passou a reclamar pela reintegração de posse. Só que o terreno está penhorado porque essa empresa está devendo uma grande soma de dinheiro à União, segundo uma outra instituição da Universidade Federal de Pernambuco que está atuando na Comunidade, o Núcleo de

⁴ Na definição de movimentos socioespaciais, convém lembrar que: “[...] os *ativismos sociais* (ou ativismos, simplesmente, para evitar uma redundância) são um conjunto mais amplo de ações políticas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os ativismos, como ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco *organizadas* ou *desorganizadas*, como quebra-quebras (‘vandalismo de protesto’), saques e outras; e como ações *públicas*, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e *lobbies* em sentido restrito, que tendem a atuar nos ‘corredores do poder estatal’, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não são propriamente públicas. Os *movimentos sociais*, de sua parte, seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo social, distinta de ativismos ‘paroquiais’. Estes encaminham reivindicações pontuais, sem articulá-las com questionamentos mais profundos, relativos a problemas nacionais e internacionais, e sem construir pontes entre a conjuntura, cujo domínio não ultrapassam, e as estruturas, que não chegam a tematizar. São não raro prisioneiros do ou contaminados pelo clientelismo.” (SOUZA, 2006, p.278)

Assessoria Jurídica Universitária (NAJUP). Contudo, a despeito do Estado quase sempre tender a ficar do lado das empresas privadas, como a história do processo de formação histórico-territorial do nosso país tem-nos mostrado, os ocupantes têm permanecido naquela área, num ambiente de muitas incertezas e angústias. Contudo, estamos enxergando o arranjo de condições para a construção de um território de vida como um *lugar forte*, o que é interessante porque:

No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo. No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 1997, p.258)

É assim que o espaço da Comunidade Josué de Castro, como *lócus*, ao mesmo tempo, de cooperação e conflito, pode tornar-se um lugar forte, isto é, na medida em que dessa tensão do cotidiano local existem possibilidades à criação de uma *contigüidade criadora de comunhão*. Uma comunhão que, possibilite, simultaneamente, a realização de ações comunicativas que mantenham aquelas pessoas reunidas, organizadas e mobilizadas, sempre negociando, autonomamente, o que for melhor para elas.

Contudo, não estamos aqui enxergando um processo de “fortalecimento do lugar” como um mecanismo de isolamento dos moradores, defendendo-se de ameaças externas, o que seria oposto ao que pensamos como uma experiência urbana complexa; muito pelo contrário:

Se a experiência política contemporânea convida a instituir lugares inéditos, a refazer lugares, a repensar uma política da cidade, seja qual for, não se pode reduzir política urbana e urbanidade a um território singular. Um território se fecha quando ele se encerra em si mesmo, o que não pode ser o caso da experiência urbana, que articula sempre o território e o territorial, o fora e o dentro, o pertencimento e a possibilidade de se libertar, a identidade, o exílio e a distância. [...] Um lugar deve responder à exigência de integração, de participação política, favoreceu a mobilidade para o trabalho, para a escola e para o emprego, sem o quê ele renuncia a libertar e a formar... O urbano deve tornar possíveis espaços que libertam, e não lugares que encerram. (MONGIN, 2009, pp.287-288)

Na verdade, o que os moradores da Comunidade objeto desta discussão querem é construir um território que lhes ofereça segurança e abrigo e, ao mesmo tempo, possibilidades de vivenciarem a cidade de modo mais justo, tendo acesso a trabalho,

educação, saúde, liberdade, formas de mobilidade para saírem dele e entrarem nele sempre quando quiserem, e outras tantas condições a uma vida digna. Desse modo:

A justiça social não é mais somente pensada em termos de redistribuição e de mutualização dos riscos, esses impedimentos do Estado previdenciário; ela tem como condição que os indivíduos possam fruir dos instrumentos e das instituições que lhes permitam exercer sua liberdade. Isso passa pelo acesso ao emprego, pela capacidade de participação coletiva, mas também pelas ferramentas da formação. Isso exige uma oferta de bens no mercado urbano em termos de habitação, de emprego, de transportes, de formação profissional, de escolaridade, de saúde, de segurança, uma oferta que os contratos de projeto não conseguiram concretizar porque sua ação, polarizada sobre os territórios, não favoreceu trajetórias individuais destinadas a dinamizar a igualdade das oportunidades. Ora, essa capacidade é inseparável, numa sociedade aberta, da possibilidade de se mover, de não esperar tudo de um lugar, de um único lugar que não pode ter como papel responder a todas as exigências. (Ibidem, pp.295-296)

Se, por um lado, os moradores da comunidade aqui considerada ainda estão lutando pela conquista do seu direito à moradia, não podemos deixar de levar em conta a necessidade de se considerar, ao mesmo tempo, esse conjunto de experiências sem as quais não se poderá sequer vislumbrar a sua inclusão socioespacial. Daí a necessidade de destacar os desafios a serem perseguidos no sentido de evitar que se dê novamente, passos para trás.

4. IMPASSES E DESAFIOS À CONSOLIDAÇÃO DO EFETIVAMENTE NOVO

Podemos de antemão considerar que, no âmbito da dinâmica do movimento socioespacial em Josué de Castro, existem dois níveis de impasses, ou seja, um relativo à própria escala local, remetendo-nos à idéia do processo que ocorre no seio da própria comunidade; e outro relativo à sua articulação com a dinâmica geral dos movimentos socioespaciais na cidade, remetendo-nos, por sua vez, à idéia da prática da multiescalaridade.

No que diz respeito ao primeiro nível, o que, também, é considerado pelos coordenadores locais, ainda se percebe uma situação de apatia de alguns moradores da Comunidade Josué de Castro à medida que continuam como que esperando que os coordenadores façam tudo, sozinhos ⁵; sem participarem das reuniões das assembléias locais, realizadas à noite das terças-feiras. Contudo, quando há ameaças iminentes de expulsão da área ocupada, eles passam a frequentar mais as referidas reuniões. Essas ameaças, por seu turno, têm contribuído para o aumento dos riscos de fragmentação do

⁵ Neste caso, os moradores da Comunidade Josué de Castro pode aprender com outras experiências interessantes a exemplo do caso da ocupação Dandara, por exemplo. Neste território existe uma coordenação coletiva com 18 membros; apoiadores externos; 09 grupos de área (100 famílias); também foram criados os chamados coletivos de saúde, educação e outros; e realizam assembléias nas quais se discutem e encaminham todas as decisões a serem tomadas. Informações obtidas no Google, aos 30 de março de 2010.

movimento, levando alguns moradores a distanciarem-se do processo de luta e a repassarem seus barracos para pessoas de fora do território as quais ficam alheias aos interesses locais ⁶, já que estas não têm relações mais próximas com o movimento local. Isso tudo sem falar na própria dificuldade de participação relativa a pessoas que trabalham arduamente durante o dia e que chegam muito cansadas em suas casas, tendo que dormirem cedo para acordarem cedo no dia seguinte a fim de recomeçarem, novamente, uma outra árdua jornada de trabalho.

Esse ambiente de apatia política de alguns moradores e de fragmentação social remete-nos a um dos sérios problemas, identificado por D. Harvey, à concretização dos espaços de esperança, isto é, o da dificuldade de se chegar a consensos os quais, também, são condições ao fortalecimento do lugar:

Falar de consenso (ou mesmo dar dele um esboço à guisa de meta a alcançar) é claramente impossível em tal situação. Porém alguma linguagem comum, ou ao menos uma forma adequada de tradução entre diferentes linguagens [...], constitui um imperativo caso se pretenda que ocorra algum gênero de conversação acerca de alternativas. Mesmo em meio a todo esse conflito e essa diversidade, tem-se de construir, por conseguinte, algum tipo de terreno comum. Sem esse terreno comum, o autoritarismo, a violência discursiva e as práticas hegemônicas se tornam as bases das decisões, e é sem dúvida improvável que isso possa criar espaço para possibilidades alternativas. (HARVEY, 2004, p.282)

Esses impasses fazem-nos pensar em desafios a serem considerados e postos em prática pelos moradores locais, dentre os quais citamos os seguintes: recuperar o consenso entre os ativistas locais, em torno da principal bandeira que antes os uniu, ou seja, a da luta pela permanência no lugar que escolheram para morar, renovando-a continuamente pela busca da construção de um território que lhes garanta uma vida digna; continuar negociando a manutenção do seu lugar na cidade, numa postura de autonomia, com o Estado, sendo este ainda, segundo nossa visão, “[...] um dos recursos essenciais de defesa de identidades culturais e étnicas, bem como da qualidade ambiental, diante da compressão do espaço-tempo e da mercadificação global” (HARVEY, 2004, p.95), mas sem se fecharem no seu território uma vez que, como já dissemos na seção anterior, a experiência urbana é muito mais ampla; e recuperar a capacidade de tornarem-se senhoras e senhores dos seus próprios destinos.

Quanto ao segundo nível dos impasses, consideramos, ao mesmo tempo, problemas de convívio entre a coordenação local e outras lideranças externas ao território que ainda exercem influência sobre moradores da Comunidade, o que vem

⁶ Essas transações estão sendo feitas com frequência, na área; inclusive, sem consultar a coordenação do movimento, dificultando, assim, a execução das próprias atividades de administração da dinâmica socioespacial local.

contribuindo, sobremaneira, para o esboço de tensões internas. Mencionamos, aqui, aquelas tensões ocorridas entre parte dos moradores de Josué de Castro e a coordenação local, motivadas por lideranças externas, fragmentando ainda mais as relações ao nível local dos movimentos socioespaciais.

Considerando esses impasses, os desafios pensados referem-se, notadamente, ao combate à apatia política e à fragmentação das relações sociais locais; ao fortalecimento do lugar como espaço de vida pelo, qual se conseguirá ter acesso e participar de processos de decisão na cidade; e à necessidade de pensar e refletir, em conjunto e com autonomia, aproveitando-se do lugar, também, como espaço da comunhão sobre possibilidades concretas de se fazer algo efetivamente novo, calcando-se nas condições objetivas de existência e prática. A este respeito convém lembrar do seguinte:

Podemos todos nós, nos esforçar para ser arquitetos de nosso próprio destino mediante a concretização de nossa própria vontade de criar. Mas nenhum arquiteto está livre das contingências e restrições das condições existentes, e nenhum pode alimentar a esperança, exceto naquele reino da pura fantasia que não tem peso algum, de controlar a tal ponto a teia da vida que se liberte dos ‘resultados contingentes e imprevistos’ advindos das suas ações. (HARVEY, 2004, p.304)

Para isso, o que, aliás, poderíamos considerar como um outro desafio, ou mesmo como um reforço à busca da resolução do conjunto de desafios acima colocados, temos que levar em conta, concomitantemente, o fortalecimento das relações multiescalares da dinâmica dos movimentos socioespaciais com base e a partir do lugar Josué de Castro. Do ponto de vista espacial, já existe um conjunto de territórios de moradores pobres – dentre os quais citamos algumas ZEIS ⁷ – que se situam em torno da Comunidade Josué de Castro. Esses territórios foram construídos, historicamente, com muita luta (Figura 01), cuja experiência os seus moradores podem dividir com os moradores de Josué de Castro.

⁷ Tratam-se das Zonas Especiais de Interesse Social, criadas e inseridas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) de 1983, em Recife, as quais garantiram a permanência dos moradores pobres que antes haviam ocupado aquelas áreas. Mas esse instrumento legal de garantia do direito à moradia para famílias pobres na cidade, nas próprias áreas que escolheram para ocupar, representou uma conquista das lutas urbanas em Recife, na medida em que foram as pressões sociais sobre o Estado as principais responsáveis pelo seu reconhecimento como parcelas da população urbana que reivindicavam o referido direito de permanecer na cidade, e não de serem expulsos quando do processo de valorização espacial pelo capital tal como acontecera até então. Portanto, no momento em que até parcelas pobres da sociedade organizam-se e mobilizam-se em torno dos seus próprios interesses, acaba conquistando os seus direitos e, por conseguinte, o de reconhecimento e respeito como pessoas.

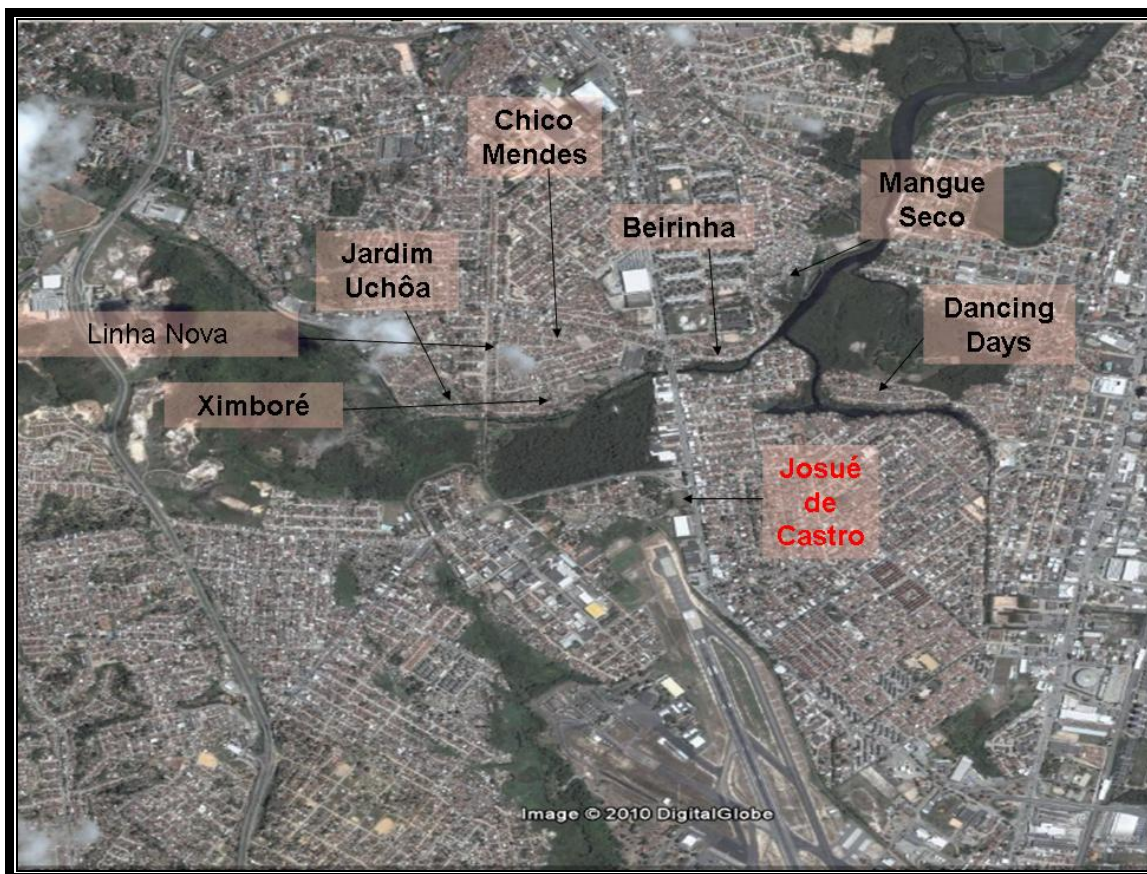


Figura 01 – Recife – Porção Oeste - Situação geográfica da Comunidade Josué de Castro, frente a outros territórios de comunidades de moradores pobres (Fonte: Google Earth, capturada em 23 de abril de 2010. Trabalho de elaboração: o autor do presente texto).

Nota: esta imagem identifica que, em torno da área em que se situa Josué de Castro, localizam-se, pelo menos, sete territórios de comunidades pobres na área. Necessário ainda se faz ressaltar que, em 2007, quando esta imagem fora tomada, a Comunidade Josué de Castro, que começou a ser construída em setembro de 2008, ainda não existia.

E isso sem falar num conjunto de outras comunidades que surgiram, desde então, e que não são ZEIS: Terra Nostra, Sete de Setembro, Irmã Doroty etc. Acreditamos, assim, que existe uma base fundamental mediante a qual se pode extrapolar a dimensão local das práticas socioespaciais, articulando-se a outros espaços de lutas, numa perspectiva multiescalar. Não estamos, ainda conseguindo ver, pelo menos de modo mais significativo, essas inter-relações entre as comunidades citadas; talvez a individualidade inerente à estruturação dos espaços urbanos seja um caminho para explicar este problema. A este respeito, convém lembrar que:

Large urban systems contain complex division of labor, functional divisions of space, highly varied socioeconomic topographies, a multiplicity of political territories, and strong cultural variation. The structural complexity of cities results in the proliferation of diverse cultural, occupational and political groups operating in distinctive and overlapping spatial niches. (NICHOLLS, 2008, p.845)

Porém, o MST esteve na Comunidade Josué de Castro, durante a manhã do dia 21 de abril de 2010, desenvolvendo atividades de mutirão na área – abrindo canaletas,

fazendo limpeza do ambiente etc. (Fotos 07 e 08) – com a finalidade de prestar solidariedade para com o movimento dos moradores da área e, ao mesmo tempo, mostrar-lhes, do ponto de vista pedagógico, a necessidade da mobilização contínua e articulada de todos (Foto 09).



Foto 07 – Comunidade Josué de Castro - Mobilização de membros do MST I (Fonte: foto tomada pelo autor deste artigo, em 21 de abril de 2010). Nota: mutirão de trabalhos realizados na ocupação Josué de Castro com vistas à abertura de canaletas para escoamento das águas da chuva, incentivado por membros do MST em parceria com a coordenação e moradores da ocupação, uma demonstração de solidariedade de um movimento social rural reconhecido internacionalmente para com um movimento sociocoespacial urbano.



Foto 09 – Comunidade Josué de Castro - Mobilização de membros do MST II (Fonte: foto tomada pelo autor deste artigo, em 21 de abril de 2010). Nota: trabalho de limpeza do terreno.



Foto 10 – Comunidade Josué de Castro - Mobilização de membros do MST III (Fonte: foto tomada pelo autor deste artigo, em 21 de abril de 2010). Nota: assembléia realizada pelo coordenador da ocupação Josué de Castro e membros do MST, também com a presença de representantes de instituições públicas que têm prestado assessoria ao movimento socioespacial em tela, após a realização das atividades do mutirão. Um momento de aprendizado para nós da dinâmica permanente dos movimentos sociais.

Passaremos, agora, a discutir como a equipe do MSEU-UFPE está dialogando com os moradores daquele território em construção, numa perspectiva de assessoria comunicativa, ou seja, fazendo uma discussão sobre o papel dos moradores locais na cidade, estimulando-os a pensar e refletir sobre esse papel, bem como buscando autoconscientizá-los a elaborarem e fazerem valer os seus próprios caminhos.

6. O PAPEL DE ASSESSORIA DAS UNIVERSIDADES NOS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS URBANOS

As instituições públicas, principalmente como um dever ético, não podem deixar de cumprir com o seu papel de reunirem dados e informações sobre os problemas sociais para promover debates relevantes, como atores coadjuvantes, no que concerne ao processo de formação dos territórios vividos desejados pelos seus moradores; e não vemos outro ator fundamental neste processo, notadamente, em realidades de fortes desigualdades socioespaciais, que não seja a Universidade. É neste sentido que entram em cena instituições como o MSEU⁸.

⁸ Apesar deste texto dar destaque à atuação do MSEU-UFPE, não podemos deixar de citar o nome de outras instituições de interesse público que atuam naquela área, junto aos moradores da Comunidade
Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010

Do ponto de vista metodológico, estamos fomentando a realização de discussões e debates no espaço da própria Comunidade Josué de Castro (realizados sempre na rua principal), geralmente, no mesmo dia das assembléias dos moradores, aproveitando-nos do maior número de pessoas já reunidas anteriormente para discutirem os problemas específicos referentes à construção do seu território. Desse modo, assistimos às suas reuniões, as quais têm lugar às noites das terças-feiras com o objetivo de fazer as pontes necessárias entre o tema principal da discussão na assembléia e o da oficina do MSEU, que geralmente gira em torno da busca da garantia da permanência no lugar; o que é encorajado pelos próprios coordenadores locais da Comunidade.

Portanto, sempre, damos início às reuniões da oficina (re) colocando questões acerca da situação deles na cidade, relacionando-a com o problema maior que eles têm enfrentado que é o da iminência de serem expulsos da área que escolheram para construírem o seu território de vida. Após essas reuniões, freqüentemente, aproveitamos palavras proferidas pelos próprios moradores a fim de deixar-lhes uma mensagem final. A figura 02 demonstra claramente como temos trabalhado a importância da mobilização socioespacial na área.

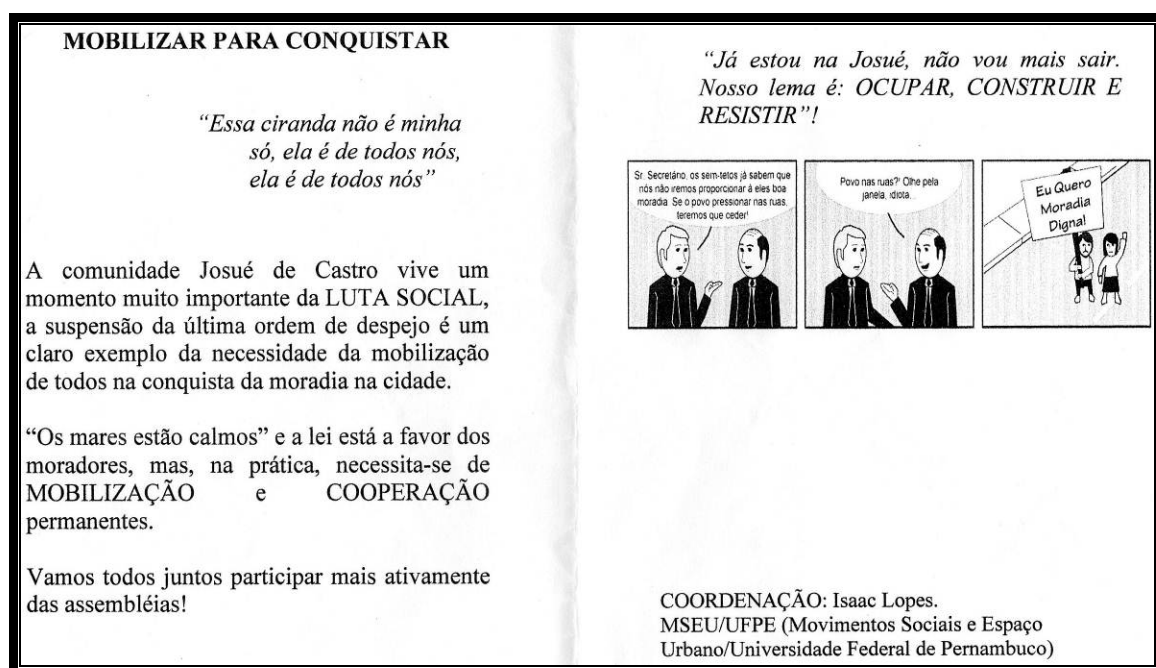


Figura 02 - Panfleto de mobilização dos moradores da Comunidade Josué de Castro (Fonte: Trabalho de autoria dos alunos do programa de graduação em geografia do MSEU-UFPE)

Josué de Castro, dentre as quais se acham as seguintes: Núcleo de Assessoria Jurídica Popular da UFPE (NAJUP-UFPE), Fórum de Ações Populares de Pernambuco (FAP), Associação dos Anistiados Políticos de Pernambuco (APAPE), Rede de Resistência Solidária, Associação Pernambucana de Mães Solteiras (APEMAS) etc.

Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 1, jan/abr. 2010

No curso deste trabalho, estamos obtendo resultados preliminares significativos dentre os quais ressaltamos: o reconhecimento do MSEU – tanto pelos moradores locais de Josué de Castro como pelo Fórum de Ações Populares de Pernambuco (FAP) e de outros grupos parceiros de lutas a exemplo NAJUP – como uma instituição que trabalha a dimensão da cidadania pela leitura e discussão do espaço vivido pelas pessoas; envolvimento de alunos dos programas de graduação e pós-graduação em geografia da UFPE, membros do MSEU, num processo em que teoria e prática andam juntas e são concebidas como partes relevantes de um processo global de mudança socioespacial na cidade; e releitura dos movimentos socioespaciais na atualidade os quais se têm mostrado muito mais significativos do que imaginávamos, obtendo conquistas para os seus moradores, consolidando, concomitantemente, pesquisas que estão sendo realizadas nos cursos de geografia da UFPE-Recife.

Alguns desses trabalhos já foram concluídos, dando origem a monografias e dissertações; outros ainda se acham em andamento tais como algumas pesquisas de PIBIC e mestrado. Como ponto em comum, estas pesquisas têm colocado, direta ou indiretamente, a seguinte questão: em que medida os movimentos socioespaciais têm conseguido obter conquistas, nos seus territórios de ação, capazes de construir o *espaço do cidadão*, condição *sine qua non* à construção de uma cidade, ou pelo menos de territórios urbanos, efetivamente novos.

Para os moradores da Comunidade Josué de Castro, o que estamos conseguindo de mais significativo, é o apoio que temos dado à Coordenação do movimento socioespacial local, sobretudo no que tange à discussão *in loco* acerca do papel da união, solidariedade e mobilização permanente, visando à conquista definitiva do direito a permanecer no lugar que eles mesmos escolheram para morar na cidade. O que temos conseguido realizar através das oficinas dirigidas pelos membros da nossa instituição.

É verdade que, como temos presenciado, esse processo é muito difícil, todavia ainda há esperanças na própria imaginação e fala das pessoas com as quais temos convivido afetivamente na Comunidade Josué de Castro. Com base nesse ambiente de conquistas e esperança é que vislumbramos a construção de alternativas de movimentos socioespaciais garantidoras da criação e articulação, em diferentes escalas do seu acontecer, de ações capazes de mudar as condições objetivas e subjetivas atuais dos moradores pobres das nossas cidades.

7. CONCLUSÃO

Procuramos, neste texto, apresentar uma experiência diferente de movimento socioespacial, pela qual se está tentando construir algo novo em termos de território vivido para moradores pobres, na cidade do Recife, que ainda não concretizaram a garantia do seu direito à moradia, tal como rege o Art. 5º. Inciso XXIII da Constituição Federal do Brasil de 1988, e regulamentado pelo Estatuto da Cidade em 2001. O que, para nós, é uma questão socialmente pertinente na medida em que se continua tendo um modelo de desenvolvimento geográfico extremamente desigual inerente ao capitalismo que temos tido no curso do processo de construção das nossas cidades, continuando a existir e até mesmo a consolidar-se nos dias que correm.

É justamente por conta desta especificidade temporo-espacial que, a despeito de ser uma experiência diferente de movimento socioespacial urbano, esse tipo de movimento tem enfrentado uma série de problemas que têm emperrado o avanço de saltos mais significativos de moradores pobres da cidade, na busca da construção de um território vivido como um *espaço do cidadão*, garantindo não somente o acesso à habitação como, também, a formas de fazerem valer os seus interesses. Problemas que, por outro lado, acontecem seja ao nível das relações sociais na escala local – a da própria Comunidade – seja ao nível das relações da Comunidade com lideranças “externas” que também atuam em escalas mais abrangentes.

Contudo, sentimos que as pessoas envolvidas nesse processo – moradores e militantes – ainda permanecem com esperanças, não obstante estarem vivenciando um quadro geral de angústias e incertezas no que tange à possibilidade concreta de construírem o território que desejam, visto que ainda se acham ameaçadas de serem expulsas da área que escolheram para morar.

8. REFERÊNCIAS

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE: uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. *Revista de geografia*, Recife, v.19, n.2, pp.29-61, jul./dez. 2002.

CÉZAR, Maria do Céu. As organizações populares do Recife: trajetória e articulação política (1955-1964). *Caderno de estudos sociais*, v.1, n.2, pp.161-162, jul./dez. 1985.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: edições Loyola, 2004.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: edições Loyola, 2008.

LACOSTE, Yves. *A geografia. Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1980.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana. A cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NICHOLLS, Walter J. The urban question revisited: the importance of cities of social movements. *International Journal of Urban and Regional Research*. 2008. (meio digital)

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a agora. Reflexões em torno da democratização da gestão e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____ & RODRIGUES, Glauro Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos; série sociedade, espaço e tempo).